



Senado aprova bloqueadores de celular em presídios do país

Projeto de Eunício Oliveira aprovado ontem prevê uso de recursos do Fundo Penitenciário para compra de equipamentos. Texto segue agora para a Câmara

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto que prevê a instalação de bloqueadores de celular em presídios de todo o país. O texto, do presidente do Senado, Eunício Oliveira, permite o uso de recursos do Fundo Penitenciário para a compra e manutenção dos aparelhos. A pro-

posta faz parte do pacote de medidas para melhorar a segurança pública, tema que ganhou destaque na pauta do Senado este ano. Emenda de Lasier Martins, autor de outro projeto também sobre o assunto, prevê que as operadoras franquearão acesso irrestrito às informações para as autoridades. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ao lado de Gladson Cameli (E), Eunício agradece o apoio de todos os partidos para aprovação do projeto por unanimidade

Internauta deve permitir inclusão em grupo virtual **8**

Comissão discutirá desenvolvimento em audiências **2**

Estados podem ficar com alienação de produto pirata **8**

Colegiado aprova consórcio para perfurar poços **7**

Parlamentares querem perdão de dívida rural **2**

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

CED/ Câmara dos Deputados



Atuação das polícias e responsabilidade das instituições ficaram restritas a um artigo curto e genérico da Carta

Constituinte evitou detalhar segurança pública

A segurança é um dos direitos garantidos pela Constituição. A Carta, no entanto, é vaga ao tratar das

atribuições dos entes federados e das instruções para que esse direito seja cumprido pelas instituições. Para es-

pecialistas, os constituintes evitaram propositalmente tratar do tema, associado ao regime militar. **4 e 5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator, Eduardo Lopes diz que as normas estipuladas pelo projeto são boas

Regulamentação de pagamento com cheque passa em comissão

Segue para análise das Comissões de Assuntos Econômicos e de Transparência casos em que o comerciante poderá recusar cheque: se o nome do emitente figurar em cadastro

de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque. O projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. **8**

Mudanças no Simples Nacional seguem para análise da Câmara

O Plenário aprovou ontem projeto que impõe mais restrições à aplicação do regime de substituição tributária do ICMS a micros e pequenas empresas optantes do Simples Nacional. O projeto segue para análise da Câmara. **3**

Avança proposta que isenta de pedágio transporte de pacientes

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem uma proposta que dispensa do pagamento de pedágio veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa para tratamento fora de seu domicílio. **6**

Projeto prevê direito a registro de deficiência na identidade

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem proposta que permite aos deficientes fazer constar sua condição na carteira de identidade e no documento nacional de identidade. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Romário sugere listar no projeto os tipos de deficiência a constar no documento

Comissão fará debates sobre desenvolvimento do Brasil

Ciclo de discussões abordará diversos temas ao longo deste ano, como educação, economia, saúde pública, meio ambiente e ciência. Objetivo é preparar país para 200º aniversário da Independência

A COMISSÃO SENADO do Futuro (CSF) fará neste ano uma série de audiências públicas sobre desenvolvimento social, tecnológico e econômico.

A sugestão dos debates, aprovada ontem, foi do presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF). O senador afirma que o objetivo é “analisar as medidas necessárias para alcançar o Brasil que queremos até o ano de 2022, quando comemoraremos o bicentenário da Independência”.

Serão 12 temas de debate que abordarão, entre outros assuntos, educação, economia, saúde pública, energias renováveis, políticas ambientais e desenvolvimento da ciência e tecnologia. Os debates serão semanais ou quinzenais.

Para a realização das audiências, a CSF contará com a parceria de universidades e centros universitários do Distrito Federal, da Embrapa, da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília, do Instituto Federal de Brasília, da Ordem



Hélio José, presidente da comissão, sugeriu realização de ciclo de debates

dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF) e do Movimento Todos pela Educação.

Obras públicas

Também foram aprovados pelo colegiado outros requerimentos de audiências públicas. Uma delas será sobre os processos de planejamento e fiscalização de obras públicas. De acordo com Hélio José, é preciso rever o modelo atual de licitações de obras utilizado no Brasil.

Estudos e projetos em eficiência energética serão tema de outra série de discussões,

que analisarão os resultados do Programa de Eficiência Energética, coordenado pela Aneel.

A CSF realizará ainda debates sobre a legislação e os processos de organização do espaço urbano, com o objetivo de respeitar o direito à moradia e à segurança das famílias. Será discutida a decisão do Poder Judiciário de derrubar as grades de proteção dos prédios residenciais do Cruzeiro Novo (DF). Segundo Hélio José, a situação é “grave e preocupante”, visto que as derrubadas ameaçam a proteção dos moradores da região.

Frente pede derrubada de veto a perdão de dívida rural

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem membros da Frente Parlamentar da Agropecuária. O grupo quer que o Congresso derrube o veto presidencial que anulou o perdão de multas e encargos sobre dívidas dos produtores. Eunício disse que vai convocar sessão do Congresso Nacional para, no mais tardar, o dia 22 de fevereiro. Há outros 18 vetos na pauta de votações.

O presidente da República,

Michel Temer, cancelou 24 dispositivos do projeto aprovado pelos parlamentares ao sancionar a Lei 13.606/2018, que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) para débitos acumulados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A nova lei foi originada do PLC 165/2017, aprovado no Senado em dezembro de 2017.

Entre os participantes da

audiência, estavam os senadores José Medeiros (Pode-MT), Pedro Chaves (PSC-MS), Dário Berger (PMDB-SC), Ivo Cassol (PP-RO) e Ana Amélia (PP-RS), além de diversos deputados federais, entre eles a presidente da frente, Tereza Cristina (DEM-MS).

A frente também quer a prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, que termina no final deste mês.

Para proteger Roraima, Jucá sugere cota para imigrantes da Venezuela

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que irá a Roraima hoje com quatro ministros para tratar da migração de venezuelanos ao estado.

— Poderei ficar contra as decisões do governo federal, mas não ficarei contra Roraima nem deixarei o estado abandonado.

Ele defendeu o fechamento provisório da fronteira, um censo em Roraima para verificar quantos venezuelanos há, um estudo para verificar qual é a capacidade de absorção de venezuelanos pelo estado e que se monte uma cota, como fizeram países da Europa.

Pimentel critica veto à extensão do Refis para pequena empresa

José Pimentel (PT-CE) criticou o veto presidencial ao projeto que estendia o Refis para as micros e pequenas empresas.

Segundo o senador, a falta de oportunidade de parcelar os impostos em atraso contribuiu para o cancelamento de mais de 1 milhão de cadastros de pessoas jurídicas. Ele acrescentou que mais de 600 mil micro e pequenas empresas estão inadimplentes, cada uma empregando em média quatro trabalhadores.

— Estamos falando em dois milhões de empregos formais.

Medeiros: Ibama deveria doar bens apreendidos em vez de queimá-los

José Medeiros (Pode-MT) criticou na terça-feira a prática de queima de bens apreendidos pelo Ibama. Para ele, o cidadão tem direito a ampla defesa e, além disso, os bens poderiam ser doados, não destruídos.

— Não vejo operação queimando, por crime ambiental, bens na Avenida Paulista, em Copacabana. Mas é muito fácil chegar ao pobre no interior de Mato Grosso, na floresta, tacar a mão nele e queimar tudo.

O senador disse que chegou a pedir ao ministro do Meio Ambiente a demissão da presidente do Ibama, Suely Araújo, pela burocracia da autarquia, que impede o avanço de obras.

Eunício e João Doria conversam sobre Previdência e emprego

Em reunião ontem no Senado, o prefeito de São Paulo, João Doria, comunicou ao presidente da Casa, Eunício Oliveira, a decisão do PSDB de fechar questão a favor da reforma da Previdência.

Doria também manifestou apoio às políticas que vêm sendo debatidas no Congresso de incentivo à geração de emprego e renda.

Eunício Oliveira lembrou que, além de votar uma pauta de medidas microeconômicas que eliminem obstáculos ao desenvolvimento nacional,

o Senado está empenhado em aprovar uma reforma da segurança pública que proporcione a criação de um sistema unificado em prol da segurança dos cidadãos nos três níveis de governo.

Eles também conversaram sobre a importância de que as eleições deste ano resultem em representantes que tragam equilíbrio para o Brasil, garantam a governabilidade e permitam a retomada do crescimento.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Eduardo Braga diz que incentivos fiscais do Paraguai são “concorrência desleal”

Eduardo Braga (PMDB-AM) manifestou a preocupação com o que chamou de “concorrência desleal” da política de incentivos fiscais do Paraguai.

De acordo com o senador, além dos investimentos



brasileiros, empresas estrangeiras estão escolhendo o Paraguai. Braga destacou que os produtos dessas indústrias têm o Brasil como principal mercado e chegam ao país sem pagar impostos de importação.

Elmano Férrer afirma que é preciso mais planejamento para desenvolver o Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) afirmou na terça-feira que o Piauí já está cansado de ser “um estado do amanhã”. O senador disse que hoje há uma separação entre a gestão pública e os interesses da sociedade



e cobrou mais oportunidades de trabalho e mais qualidade de vida para os piauienses. Para Elmano, é preciso uma nova ordem na gestão pública dos estados e, nesse contexto, a palavra-chave é planejamento.

Kátia Abreu se lança candidata ao governo de Tocantins e lamenta a saúde no estado

Kátia Abreu (sem partido-TO) informou que, desde o começo do ano passado, tem percorrido o Tocantins para se lançar candidata ao governo estadual. Ela disse que visitou 64 cidades e contou ter percebido que



a população não quer saber de grandes obras, mas da boa administração de coisas simples. O maior problema, segundo ela, é a saúde. — São 5.586 pessoas aguardando cirurgias variadas há quatro anos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



ESTATUTO DO TRABALHO Tutela

9h Audiência pública interativa para debater normas gerais de tutela do trabalho.

CTFC Comunicação de aumentos ao consumidor

9h30 Entre 13 itens na pauta de votação, está o PLC 45/2017, que determina a comunicação prévia ao consumidor a respeito do aumento de preços de serviços.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h Na pauta de votações, há cinco acordos internacionais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovado bloqueador de celular em presídio

Recursos do Fundo Penitenciário serão usados para a compra e a manutenção dos equipamentos. Proposta segue agora para a análise da Câmara dos Deputados

POR UNANIMIDADE, O Plenário aprovou ontem o projeto que obriga a instalação, em 180 dias, de bloqueadores de celular em presídios. O PLS 32/2018 — Complementar, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), recebeu 60 votos a favor e seguirá para a Câmara. O presidente do Senado destacou o apoio de todos os partidos.

— A aprovação do projeto por unanimidade mostra que estamos no caminho certo.

Pela proposta, recursos do Fundo Penitenciário (Funpen) serão usados para a instalação dos equipamentos. Emenda de Lasier Martins (PSD-RS) prevê que as operadoras franquearão acesso irrestrito das autoridades às informações.

Já emenda do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), define que a concessão de novas outorgas para o serviço móvel celular e a renovação das atuais ficará condicionada à instalação e manutenção dos equipamentos. Segundo Jucá,

sobram recursos no Funpen, já que a verba está restrita à construção de penitenciárias.

Relatora em Plenário, Simone Tebet (PMDB-MS) ressaltou que a proposta combate a comunicação de detentos com o mundo exterior pelo uso de celular e internet.

Apoios

A aprovação do projeto foi elogiada por vários senadores, como Jorge Viana (PT-AC), para quem a violência tem aumentado de maneira significativa nos últimos quatro anos devido às crises institucional, econômica e política.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que há um descontrole completo na segurança pública do Rio de Janeiro, que já registrou mais de 77 confrontos com mortes em 2018.

— Não vamos resolver o problema da insegurança sem inteligência e plano integrado entre governos federais e estaduais — afirmou, defendendo



Plenário do Senado aprovou ontem, com urgência, proposta de Eunício Oliveira (C) relatada por Simone Tebet

a unificação das polícias.

Cristovam Buarque (PPS-DF) destacou a importância do projeto, mas disse que é insuficiente para combater a “guerra civil” que resulta da criminalidade. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que os presídios contribuem para formar “PhDs na criminalidade”.

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou cortes em recursos da

segurança pública, enquanto Lúcia Vânia (PSB-GO) frisou que a comunicação possibilitada pelos celulares contribui para a difusão da criminalidade. Por sua vez, Armando Monteiro (PTB-PE) disse que o texto contribui efetivamente para combater o acesso de criminosos a celulares.

Para Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), o projeto le-

vará a um novo entendimento sobre como conciliar políticas públicas de segurança entre União e estados. Omar Aziz (PSD-AM) destacou que, de dentro dos presídios, partem as ordens que aterrorizam as cidades. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o crime se apossa do celular como uma ferramenta moderna para a organização criminosa.

José Agripino (DEM-RN) disse que a tecnologia deve ser usada no combate à violência e Fátima Bezerra (PT-RN) destacou o aumento da escalada da violência no Rio Grande do Norte nos últimos três anos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o Legislativo precisa priorizar o combate à criminalidade. O Senado já votou verba para instalação dos bloqueadores de celular em julho de 2007, disse, mas o texto até hoje aguarda análise da Câmara.

Autor de emenda, Lasier diz que restrição deve reduzir criminalidade

Para o senador Lasier Martins, o bloqueio de celulares combate “um dos problemas mais graves que tem a ver com a criminalidade, que prolifera pelo país inteiro, porque é dos presídios e das penitenciárias, pelos telefones celulares, que vem a orientação de presos para crimes de toda ordem”.

O senador lembrou que um projeto dele sobre o assunto

(PLS 285/2017) atribui à União a responsabilidade pela instalação do bloqueador de celular em todo o Brasil.

A proposta de Lasier, que tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), prevê o uso de recursos do Fundo de Fiscalização das Comunicações (Fistel) para instalação dos bloqueadores, enquanto o de Eunício estabelece a utilização do Funpen.

Lasier disse que representa um estado com um dos mais altos índices de criminalidade. Em novembro, 270 celulares foram apreendidos no presídio de Passo Fundo (RS).

— Hoje já há uma tecnologia que concentra o bloqueio para o lado de dentro de presídios e penitenciárias, isolando os vizinhos que temem que os seus celulares sejam atingidos — acrescentou o senador.



Lasier Martins é autor de emenda e de outro projeto sobre o tema

Plenário aprova restrição de substituição tributária para pequenas empresas

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que impõe mais restrições à aplicação do regime de substituição tributária do ICMS a micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional. O PLS 476/2017 — Complementar segue para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto surgiu no âmbito do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, criado pelo presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), com o apoio de Armando Monteiro

(PTB-PE), que o coordenou. A missão do grupo era identificar os principais obstáculos ao empreendedorismo e oferecer saídas para facilitar a atividade empresarial no país, a fim de estimular a geração de emprego e renda.

Segundo Armando, o projeto pretende melhorar a relação de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, disposta no Estatuto da Micro e Pequena Empresa, de forma a reduzir excessos na aplicação do dispositivo:

— Alargaram muito a utilização do instrumento da substituição tributária,

que penaliza as pequenas empresas.

José Serra (PSDB-SP) foi contra a aprovação do projeto e disse que a substituição tributária pode trazer efeitos negativos para os cofres dos estados.

— A substituição tributária foi um artifício implantado por estados para aumentar a arrecadação. Em lugar de cobrar ICMS nas diferentes etapas, cobra-se tudo na origem. Há um efeito antissonegação poderoso — disse Serra.

Ele afirmou que o projeto pode provocar um prejuízo de até R\$ 17 bilhões nas finanças estaduais por atrasos na

arrecadação, segundo estudo feito por secretários estaduais de Fazenda.

Kátia Abreu (PMDB-TO), favorável ao texto, ressaltou que a substituição tributária foi concebida quando ainda não existiam mecanismos transparentes de arrecadação, mas hoje as secretarias estaduais já dispõem desses instrumentos e podem implementá-los. José Pimentel (PT-CE) disse que o projeto não está andando de forma precipitada e lembrou que ele foi concebido depois de muitos debates no grupo de trabalho.

Pastor Bel culpa descaso de autoridades pelo aumento da violência no país

O senador Pastor Bel (PRTB-MA) expressou ontem “decepção e revolta” com a política brasileira. Ele apontou o aumento da violência no país e o descaso das autoridades com a situação.

Pastor Bel disse ter sido recentemente víti-



ma de violência. Em Açailândia (MA), foi assaltado duas vezes. E ontem pela manhã, quando teve sua mala furtada no aeroporto de Brasília. Ele culpou as autoridades públicas pelo aumento da violência.

Gladson pede recursos para polícias do Acre, onde a violência vem aumentando

Gladson Cameli (PP-AC) lamentou que as polícias do Acre não tenham estrutura adequada para enfrentar o crime organizado. Por isso, pediu ajuda ao governo federal, lembrando que o estado faz fronteira com o Peru e a Bolívia, países produto-



res de cocaína. Gladson disse que a violência, antes limitada às grandes capitais e aos estados mais populosos, chegou ao Acre, que, apesar de ter apenas 800 mil habitantes, sofre com índices elevados em relação a sua população.

Rose de Freitas defende prioridade no Orçamento para saúde e educação

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu projeto que garante prioridade aos gastos com saúde e educação na execução orçamentária dos estados. O PLS 329/2017 — Complementar, da senadora, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos



Econômicos e será votado em Plenário em regime de urgência. — Temos que voltar o Orçamento brasileiro para corrigir os problemas do Brasil. Não é só dizer quanto você vai gastar, mas estipular prioridade.

30 anos CONSTITUIÇÃO da CIDADANIA

Constituição deixou lacunas na área da segurança pública

Apesar de constar na Carta como um direito fundamental a ser provido pelo Estado, setor foi tratado superficialmente pelos constituintes. Para especialistas, omissão foi provocada pelo receio em regular temas associados à recém-superada ditadura

Guilherme Oliveira

O BRASIL REGISTROU em 2016 mais de 61 mil mortes violentas intencionais, segundo o mais recente anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse número é a soma de homicídios, latrocínios e mortes resultantes de ação policial. Trata-se do número mais alto do planeta e representa perto de 30 ocorrências para cada 100 mil habitantes — também uma das maiores taxas proporcionais do mundo. Segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, a segurança pública no Brasil está falida. Foi exatamente esse o termo utilizado por ele numa recente palestra no Rio de Janeiro, cidade que tem simbolizado as dificuldades do país em lidar com o setor.



Depois da Constituinte, Nelson Jobim foi ministro da Defesa e da Justiça

A Constituição de 1988 elencou a segurança pública como um direito fundamental a ser provido pelo Estado. Hoje, 30 anos depois da promulgação da Carta, o tema surge como um dos maiores desafios do país e uma das mais severas preocupações no cotidiano dos brasileiros. No entanto, ao contrário de outras áreas sociais, a segurança não encontra na Constituição muito alento. Apesar de se preocupar em erigir o princípio, a Carta do redemocratização não trouxe muitas ferramentas para que ele fosse cumprido. Em pleno século 21, as autoridades se confessam desorientadas para agir no combate ao crime e à violência.

Entendimento tácito

Essa falta de sinalização foi premeditada. A Assembleia Constituinte evitou propositalmente tratar com rigor o tema da segurança pública. Dado que o país havia acabado de sair de uma ditadura militar de duas décadas, havia entre os parlamentares um grande receio de tocar em qualquer assunto que pudesse suscitar paralelos com a repressão do período recém-encerrado.

Quem recorda esse entendimento tácito é Nelson Jobim, deputado constituinte (PMDB-RS) e posteriormente ministro da Justiça, da Defesa e do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele relata que a Constituinte passou ao largo de detalhes sobre a segurança pública devido a certo trauma da classe política que a compôs. — Segurança e defesa ficaram estigmatizadas para toda a geração que viveu o regime militar. Identificamos [esses temas] com perseguição política, e tocar no assunto era confundido com representar o regime.

O processo de elaboração da Constituição foi transparente, aberto e sensível à participação dos cidadãos. Mesmo assim, o tema da segurança não encontrou um vetor que o transformasse em reivindicação. A sociedade civil também não tinha interesse de colocá-lo em evidência, nem a academia, conta Jobim. Era “coisa de militar”.

O resultado foi um texto final em que se reconhece a importância de um conceito abstrato de segurança, a ser executado sem instruções claras pelas instituições do país. E pior: sem que fosse batido o martelo sobre

a titularidade do grosso das responsabilidades.

A regra é que, em casos assim, quem assume o compromisso são os estados da Federação. Segundo o direito constitucional, os estados podem legislar sobre tudo que não é atribuído expressamente à União ou aos municípios — é o que se chama “competência residual”. O sociólogo Alan Fernandes, pesquisador associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, usa outro termo para classificar a situação: limbo.

— Ninguém delegou esse tema aos estados, mas sempre foi deles. Há um contrassenso: os governos estaduais reclamam que não têm recursos necessários para prover, porque a área é custosa, mas a União se furta a qualquer intervenção.

“Toca de aranha”

Fernandes também atribui a falta de parâmetros da Constituição a uma indisposição dos parlamentares para mexer numa “toca de aranha” tão no início da democracia restaurada. Outro impeditivo político foi a situação das polícias, segundo o pesquisador.



Polícia patrulha Congresso na época da Constituinte: definição detalhada sobre atuação das forças ficou para depois

— As polícias já eram estaduais, e mexer na configuração delas implicaria rever acordos feitos com os governadores durante o processo de redemocratização.

Sendo assim, as definições mais complexas para a atuação das forças policiais deveriam ficar para o futuro, a partir de iniciativas das próprias corporações, em costura com os estados. Leis complementares também ajudariam a tapar as lacunas mais gritantes. Dessa forma, a Constituição trouxe apenas um curto artigo e genérico sobre segurança pública, carente de uma arquitetura ampla. E assim ele persiste.

O ministro Raul Jungmann identifica aí a causa da paralisação que acomete o setor da segurança pública. A delicada situação fiscal dos entes federativos prejudica a estruturação dos órgãos de segurança mais importantes, que são as polícias. Ao mesmo tempo, segundo ele, o governo federal não tem mandato sobre a situação, a não ser em circunstâncias extraordinárias — e, mesmo assim, são os estados que precisam pedir auxílio. Sem que ninguém seja diretamente responsabilizado, resumiu o ministro, ninguém se move.

Para Renato Sérgio de Lima, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), essa análise está correta apenas parcialmente. Ele explica que o governo federal tem, sim, vias de ação a sua disposição, mas não as usa.

— Os estados e o Distrito Federal são os responsáveis pelo gerenciamento das polícias, mas, para além da questão financeira, têm poucas ferramentas para conduzir essa gestão adequadamente. Se um governador quiser mudar a estrutura da sua polícia militar, por exemplo, não pode. As normas que regem as PMs são federais e são as mesmas desde antes da Constituição. E são vários os outros exemplos de que a União é uma das principais responsáveis pela área, mas

fica comodamente delegando o papel de protagonista para as unidades da Federação.

Urgência

O ano de 2018 deve ser marcado por discussões referentes a uma ampla reorganização da segurança pública nacional.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou uma agenda legislativa para a discussão e a votação de projetos referentes ao setor. No Poder Executivo, o Ministério da Justiça estuda a criação de uma política nacional de integração dos diversos níveis da administração pública, para aprimoramento da gestão.

Entre as propostas que vieram à tona recentemente, destaca-se a criação de um Ministério da Segurança Pública, para que a área possa ter uma articulação centralizada que embase e viabilize a atuação dos estados.

Um dos defensores dessa iniciativa é o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública na Câmara. Ele explica que um eventual ministério deve ser um orientador, oferecendo uma referência geral e ajudando as unidades da Federação a cumpri-las, porém sem impor uma linha de atuação única.

Para Fraga, o ideal é que os estados tenham a liberdade

de adaptar as suas políticas de segurança às suas realidades particulares, tendo o ministério como parceiro. Isso inclui reproduzir fórmulas bem-sucedidas, com a ajuda do órgão federal.

Já existem referências para imaginar como essa pasta funcionaria, se fosse criada. As áreas da saúde e da educação têm a sua execução fragmentada entre as unidades da Federação, mas com ministérios próprios que atuam como pivôs de uma política nacional unificada.

O professor Renato Sérgio de Lima teoriza que um eventual Ministério da Segurança Pública poderia funcionar nos mesmos moldes, com a criação de órgãos nacionais, como um instituto de pesquisa, um centro de formação em gestão e uma ouvidoria de polícias. Além disso, seria preciso definir claramente onde se encaixariam nessa nova estrutura as instituições já existentes, como o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e a Polícia Federal — todas, atualmente, sob a batuta do Ministério da Justiça.

— Centralizar ou não centralizar é uma questão de opção organizacional. Porém, a União precisa coordenar todas as suas atividades e responsabilidades na segurança. Isso já passou da hora — ele diz.



Desmilitarizar PM é tarefa complexa, alertam especialistas

As Forças Armadas têm uma participação limitada na segurança pública cotidiana, mas o grosso dessa atividade também é executada por uma corporação militar. A polícia militar responde por quase 80% de todo o efetivo policial do país, segundo levantamento feito em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atividade policial no Brasil é dividida entre duas corporações distintas. A PM faz o trabalho ostensivo, de ronda e patrulhamento, engaja-se em confronto direto com criminosos e efetua prisões em flagrante. A polícia civil tem atribuições judiciais: processa denúncias, investiga e apura crimes.

Essa divisão é tida como prejudicial à efetividade do trabalho policial. Além de não permitir a concentração de processos e ações num comando único, ela criou, ao longo do tempo, duas culturas corporativas apartadas, que por vezes se chocam.

Já existem referências para imaginar como essa pasta funcionaria, se fosse criada. As áreas da saúde e da educação têm a sua execução fragmentada entre as unidades da Federação, mas com ministérios próprios que atuam como pivôs de uma política nacional unificada.

O professor Renato Sérgio de Lima teoriza que um eventual Ministério da Segurança Pública poderia funcionar nos mesmos moldes, com a criação de órgãos nacionais, como um instituto de pesquisa, um centro de formação em gestão e uma ouvidoria de polícias. Além disso, seria preciso definir claramente onde se encaixariam nessa nova estrutura as instituições já existentes, como o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e a Polícia Federal — todas, atualmente, sob a batuta do Ministério da Justiça.

— Quanto mais se avança num modelo específico de funcionamento de uma política pública, maior fica o custo de deixá-la de lado. As pessoas se acostumam e se apegam às estruturas. É mais difícil fazer a discussão hoje porque as instituições policiais viraram culturas próprias.

Formação

O deputado Alberto Fraga, que é coronel da reserva da PM do Distrito Federal, defende a unificação, mas ressalva que isso significaria ver uma das forças “absorvendo” a outra — e, na sua opinião, quem deve ter a primazia é a força mais numerosa e treinada.

— Temos que avançar para a polícia única, mas em quais moldes? Quem vai engolir quem? O policial militar estuda anos numa academia. A unificação que eu defendo começa com a formação. No mundo inteiro, o bom investigador vem das ruas.

As polícias militares têm suas raízes nas tropas estaduais da Primeira República. O governo de Getúlio Vargas, com a intenção de enfraquecer os estados, determinou a subordinação dessas forças ao Exército, algo que a ditadura militar reforçou. Foi durante o regime dos generais que se outorgaram os dois decretos, ainda válidos, que regem a organização das PMs. A constante histórica dessa

corporação é a natureza militarizada, um aspecto que é alvo de críticas e visto como elemento que contribui para a insegurança no país. Para o sociólogo Alan Fernandes, o militarismo distancia a instituição do controle civil e alimenta uma tradição bélica que trata o policial como um guerreiro em permanente modo de combate contra “o mal” — representado por criminosos que são, em última instância, cidadãos.

Zanetic também faz esse alerta e destaca que a mentalidade belicosa não emana apenas das corporações policiais: ela encontra eco na sociedade, que chega a demandar isso dos seus policiais.

— A cultura do militarismo não pertence só às polícias. Elas são violentas porque há uma população que apoia que elas ajam dessa forma. Temos essa cultura de uma sociedade impulsional uma forma repressiva e seletiva de ação das instituições.

O ex-ministro Nelson Jobim lembra que a Assembleia Constituinte chegou a discutir a efetiva desmilitarização das polícias. No entanto, diz ele, os governadores fizeram oposição à ideia, por sentirem que a natureza militar das forças permitia um controle mais firme e efetivo.

Normatização

Para Alan Fernandes, esse argumento é pertinente. Ao mesmo em tempo que, na sua avaliação, é preciso avançar para erradicar alguns aspectos mais extremos do militarismo policial, deve-se ter cuidado para que essa mudança não desfaça travas institucionais que normatizam a atuação das PMs.

— O contingente das PMs hoje é superior ao do Exército. Imagine submetê-las a um controle mais fraco. Você teria uma força capaz de suplantar numericamente as Forças Armadas e sem as amarras do militarismo. Haveria um problema da organização do Estado. Discutir isso [desmilitarização] é discutir como concentrar ou desconcentrar o uso da força no Brasil.

O professor Renato Sérgio de

Recursos do setor

Gasto per capita com segurança pública em 2016 (em R\$)

UF	Valor (R\$)
TOTAL	349,99
UNIÃO	42,78
AC	531,68
AL	310,29
AP	529,21
AM	349,28
BA	271,42
CE	212,63
DF	237,62
ES	329,63
GO	449,54
MA	119,58
MT	549,52
MS	473,91
MG	423,12
PA	268,66
PB	280,24
PR	339,18
PE	245,98
PI	218,12
RJ	550,60
RN	304,59
RS	295,58
RO	426,34
RR	692,63
SC	315,67
SP	245,69
SE	362,17
TO	477,21

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (valores corrigidos IPCA dez/2016)

Uso das Forças Armadas em ações policiais foi banalizado, diz ministro

A participação mais tangível do governo federal na segurança pública é a atuação das Forças Armadas nas operações de garantia da lei e da ordem. Essa tarefa foi prevista na Constituição, mas levou quase dez anos para ser regulamentada por meio de uma lei complementar. Por solicitação dos governadores ou dos presidentes dos Poderes, o presidente da República pode convocar as Forças Armadas para intervir em alguma circunstância específica.

A ferramenta pode ser empregada para garantir a integridade de algum grande evento, como foi o caso da Copa do Mundo de 2014, ou para reforçar o efetivo policial local, como ocorreu em 2017 na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, ou até mesmo para substituir as forças policiais por ocasião de uma paralisação.

O que deveria ser uma medida excepcional tem se tornado cada vez mais corriqueiro. O poder público apelou para as Forças Armadas 29 vezes entre 2010 e 2017, sendo 11 delas apenas da gestão do ministro Raul

Jungmann. Ele entende que o instrumento foi banalizado e avalia que isso tem a ver com a situação penosa dos estados, que transforma qualquer revés de maior intensidade em uma crise incontornável.

Para Jungmann, o uso excessivo da convocação de operações militares de garantia da lei e da ordem também pode distorcer a separação institucional das responsabilidades no tocante à segurança pública. — Entendemos que o papel central compete às polícias, às guardas municipais e às secretarias de Segurança. O problema da segurança não vai se resolver na Defesa.

Riscos

O deputado Alberto Fraga ressalta que o emprego das Forças Armadas em trabalhos de rotina é um risco, uma vez que essa corporação não está preparada para o dia a dia das ruas. Ele defende que a participação dos militares seja rigorosamente restrita a casos excepcionais e que, mesmo nesses, a atuação não seja apartada do trabalho da polícia local.



Militares participam de operação com a Polícia Federal no Rio em 2010

Lula foi condenado sem provas, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o ex-presidente Lula foi condenado sem provas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

— O primeiro sentimento que tive é que estávamos diante de uma sessão combinada do início ao fim. Vários juristas falam que combinado foi o resultado do julgamento.

Para a senadora, ninguém pode ser condenado sem provas claras.

No dia 24, Lula foi condenado pelo TRF a 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, no caso do triplex em Guarujá (SP).

Para Ana Amélia, não se deve criticar sentença

Ana Amélia (PP-RS) afirmou duvidar que houve conluio entre Polícia Federal, Ministério



Jefferson Rudy/Agência Senado

Público, Poder Judiciário e empreiteiras para condenar o ex-presidente Lula no caso do triplex em Guarujá (SP). Para ela, defender essa ideia é desrespeitar o Judiciário e a própria sociedade, que exige que a lei seja igual para todos.

— Nessa sentença exarada por três desembargadores, um colegiado, a pena foi unânime. Então não podemos ficar com a ladainha de que não é justa.

Ex-presidente tem de se candidatar, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que “defender o direito de Lula ser candidato é defender a democracia”. Segundo ela, a sentença que o condenou foi criticada por mais de uma centena de juristas.

No mesmo discurso, a senadora classificou de dramática a situação financeira do Rio Grande do Norte. Ela sublinhou que há mais de um ano os servidores não sabem o que é um calendário de pagamento, devido à crise fiscal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Avança isenção de pedágio para transporte de doentes

Para conseguir dispensa de pagamento em rodovia, será necessário laudo médico atestando que tratamento não pode ser feito na cidade onde paciente com doença grave ou degenerativa reside

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem uma proposta que dispensa do pagamento de pedágio veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa para tratamento fora de seu domicílio. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

Como relator substituto (*ad hoc*), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez a leitura do substitutivo de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao PLS 199/2016.

O texto original, do Magno Malta (PR-ES), previa a criação de uma lei autônoma, mas Garibaldi, alertou que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma norma.



Pedro França/Agência Senado

Flexa lê parecer sobre projeto que isenta paciente de pagar pedágio

A dispensa do pedágio será dada quando o tratamento não for possível na cidade do paciente e mediante a expedição de laudo médico que ateste a necessidade, a periodicidade e o prazo de

duração dos procedimentos.

No parecer, Flexa estabelece que as empresas concessionárias de rodovias federais deverão cadastrar os beneficiários por meio de documentação comprobatória.

Regras para profissão de cuidador vão a Plenário

Uma proposta que regulamenta a profissão de cuidador foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo o PLC 11/2016, os profissionais devem ter ensino fundamental, curso de qualificação na área, bons antecedentes criminais e atestados de aptidão física e

mental. A proposta vai para o Plenário do Senado.

O texto define como cuidador o profissional que acompanha e dá assistência a idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doença rara em residências, comunidades ou instituições. É proibida aos cuidadores, segundo o projeto,

a administração de medicação que não seja por via oral.

Os trabalhadores poderão ser demitidos por justa causa se ferirem o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Estatuto do Idoso.

O relator, Elmano Férrer (PMDB-PI), defendeu a aprovação do texto.

Elber Batalha propõe mudar prazos judiciais

Elber Batalha (PSB-SE) anunciou a apresentação de projeto que determina que apenas os dias úteis sejam contados nos prazos processuais dos juizados especiais cíveis e criminais, especiais federais e especiais da fazenda pública. Segundo o senador, a ideia é dar fim ao debate nas cortes judiciais sobre como os prazos devem ser computados. Ele garantiu que o novo critério de contagem de prazos não atrasará o andamento dos processos.



Waldemir Brito/Agência Senado

Sérgio de Castro pede análise de rito de MPs

Sérgio de Castro (PDT-ES) cobrou da Câmara dos Deputados a votação da PEC 11/2011, que estabelece prazos para análise de medida provisória pelo Congresso: 80 dias para a Câmara e 30 dias para o Senado. Caso o Senado faça alterações, a Câmara terá 10 dias para votá-las. Para Castro, a proposta corrige um problema recorrente: sem definição de prazo, a Câmara vota as MPs perto do fim do prazo de vigência e o Senado fica sem tempo para analisá-las.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário cobra solução para crise de refugiados

Telmário Mota (PTB-RR) acusou o governo federal de omissão diante do colapso de Roraima, causada pela entrada em massa de refugiados da Venezuela.

Segundo ele, quatro ministros que deverão ir hoje a Boa Vista teriam se recusado a encontrar a governadora Suely Campos. O senador atribuiu o ocorrido a manobras políticas com vistas à eleição estadual.

— Insisto que o governo federal vá até Roraima e busque uma solução definitiva.



Waldemir Brito/Agência Senado

Lasier Martins defende impressão de votos

A falta de credibilidade do sistema eletrônico de votação foi apontada por Lasier Martins (PSD-RS). De acordo com ele, a desconfiança foi o que motivou a minirreforma eleitoral de 2015, quando foi aprovada a impressão do voto em 2018.

O senador ressaltou que a impressão é exigência legal e que, se não ocorrer, a lei será descumprida “de forma escancarada”.

— Se tivermos o fundo eleitoral bilionário, por que não haveremos de ter para o processo eletrônico, conferido pelo voto impresso?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros denunciara Gleisi e Lindbergh

José Medeiros (Pode-MT) anunciou que vai protocolar no Conselho de Ética uma representação contra Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) por insuflar atos de violência e defender a quebra da via institucional.

Segundo ele, Lindbergh e Gleisi “jogaram para a galera de forma perigosa” ao criticar a condenação de Lula pela segunda instância. Ele afirmou que no passado discursos de apoio à desobediência civil resultaram em atos de violência.

Romário cita projetos que moralizam política

Romário (Pode-RJ) informou que apresentou no ano passado uma série de projetos para moralizar o sistema político brasileiro. O senador lembrou que ao longo de 2017 os brasileiros, que trabalham duro, viram o dinheiro proveniente do pagamento de impostos indo para “o ralo da corrupção”.

Uma das propostas, a PEC 36/2017, prevê que o parlamentar condenado em definitivo por crimes comuns previstos na Lei da Ficha Limpa perca automaticamente o mandato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Identidade poderá ter registro de deficiência

Segundo proposta de Hélio José aprovada pela CDH, o cidadão com deficiência terá direito a requerer que o documento registre sua condição, inclusive especificando o tipo

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de lei do senador Hélio José (Pros-DF) que permite às pessoas com deficiência o registro de sua condição na carteira de identidade e no futuro documento nacional de identidade (DNI).

A inserção da expressão “pessoa com deficiência” na carteira de identidade só será feita a pedido do interessado. O projeto também abre a possibilidade de se especificar o tipo de deficiência, sempre a critério do cidadão. A especificação deverá seguir o parâmetro de avaliação biopsicossocial estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira de Inclusão — LBI (Lei 13.146/2015)

O PLS 346/2017 estabelece ainda que a menção à deficiência na cédula de identidade terá fé pública, mas resguarda a possibilidade de avaliação do cidadão para fins de obtenção de benefícios. As medidas contidas no projeto levarão 90 dias para entrar em vigor após sua transformação em lei.



Presidente da CDH, Regina Sousa dirige reunião que aprovou a inserção de dados no documento de identidade

Ao justificar a proposta, Hélio José observou que a inserção desse registro na carteira de identidade (e futuramente no DNI, criado pela Lei 13.444/2017) servirá como prova da condição da pessoa com deficiência. A intenção é evitar, conforme salientou, “a imposição de exigências extras e arbitrarias que dificultem à pessoa com deficiência o exercício de seus direitos”.

O relator, Romário (Pode-RJ), considerou a iniciativa meritória e sugeriu modificações na redação, para listar os tipos de deficiência a serem especificados no documento de identificação: física, auditiva, visual, mental ou intelectual.

“É chegada a hora de estender à pessoa com deficiência o desembaraço de que gozam as pessoas ditas ‘normais’ na

consecução de suas metas e na obtenção de seus direitos no dia a dia. A pronta comprovação da deficiência, em documento tão simples e de ágil apresentação como o são a cédula de identidade e o DNI, abrirá inúmeras portas às pessoas com deficiência, sedentas que estão de inclusão plena”, ressalta o senador no parecer.

O PLS 346/2017 agora segue

para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Venezuelanos

Os senadores também aprovaram requerimento para discutir a situação dos refugiados venezuelanos que vêm chegando a Roraima há alguns anos. O governo local contabiliza 40 mil refugiados e pede socorro à União por não conseguir mais lidar com a imigração, relataram Telmário Mota (PTB-RR) e João Capiberibe (PSB-AP). O debate será conjunto entre CDH e Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Outras audiências foram aprovadas para debater a doença de Parkinson, a situação dos aposentados e pensionistas, a reforma da Previdência e a nova tentativa de votação da proposta na Câmara dos Deputados. Além disso, ocorrerão dois ciclos de audiências públicas para tratar de “Discriminação e todo tipo de preconceito” e do “Estatuto do Trabalho”.

Comissão aprova consórcio público para perfurar poços artesianos no semiárido

A aquisição, a operação e a manutenção de poços artesianos pelo poder público em cidades do semiárido foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ontem. O PLC 111/2015 facilita a celebração de consórcios e cooperação entre a União, os estados e os municípios na forma de associação pública, para adquirir, custear e utilizar as perfuratrizes.

O projeto prevê, entre outras medidas, cooperação técnica, treinamento, estudos técnicos e pesquisa; promoção e ampliação da oferta de água e do acesso da população rural dos municípios do semiárido; e subsídio integral ao agricultor familiar e às pequenas comunidades e parcial aos médios e grandes produtores rurais, com a possibilidade de financiamento

pelo Banco do Nordeste, mediante taxa de juros incentivada.

Ainda conforme o texto, a União será responsável por prover, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), recursos para a aquisição das perfuratrizes, que serão compradas pelo estado e cedidas aos municípios. Estes custearão a operação das máquinas, de modo proporcional à sua população rural.

Lido pela relatora substituta Regina Sousa (PT-PI), o texto aprovado na CDR foi o relatório do senador José Pimentel (PT-CE), que apresentou emenda para determinar que todos os municípios que compõem a microrregião devem integrar o semiárido.

A proposta irá para as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Segue ao Plenário projeto que cria Mapa do Turismo Brasileiro

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o projeto que cria o Mapa do Turismo Brasileiro (PLC 147/2015). O objetivo é ampliar os destinos turísticos e otimizar a aplicação dos recursos públicos nessas localidades.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que foi lido na CDR pelo relator substituto, senador Elmano Férrer (PMDB-PI). Originalmente, a proposta classificava os diferentes tipos de estâncias turísticas e definia requisitos mínimos para uma cidade receber a conceituação. Davi avaliou que o projeto estava em desacordo com a Política Nacional de Turismo, implementada de forma regionalizada pelo Ministério do Turismo.

Pelo substitutivo, o Mapa do Tu-

rismo Brasileiro é a base territorial para o desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais de turismo, com foco na gestão, estruturação, qualificação, promoção e apoio à comercialização do turismo brasileiro, de forma regionalizada e descentralizada.

O Mapa do Turismo será composto por regiões turísticas e cada uma delas por municípios que devem possuir características similares ou complementares, como identidade histórica, cultural, econômica ou geográfica.

Caberá ao governo federal atualizar periodicamente o documento.

Para o senador, o projeto “vai estimular a regionalização do turismo em todos os quadrantes do Brasil e a competitividade num nível internacional mais agressivo e bem-sucedido”.

O texto seguiu para o Plenário.

Para Lindbergh, reformas do governo beneficiam apenas “o andar de cima”

Lindbergh Farias (PT-RJ) protestou ontem contra a reforma da Previdência. O senador voltou a afirmar que as mudanças em análise na Câmara tornam desigual o direito à aposentadoria, porque os mais pobres começam a trabalhar mais cedo e, em alguns lugares, a taxa de mortalidade é de 66 anos.

Para ele, todas as medidas de ajuste do governo Temer são contrárias aos interesses dos trabalhadores, enquanto “o andar de cima só ganha”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim condena a reforma da Previdência e defende combate à sonegação

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem a proposta de reforma da Previdência. Ele recomendou a leitura do livro *Ricos, Podres de Ricos*, de Antonio David Cattani, para entender a sonegação fiscal no país e as perdas decorrentes, que, segundo o senador, são piores do que com a corrupção.

Anualmente, disse Paim, R\$ 30 bilhões são recolhidos dos trabalhadores, mas não são repassados à Previdência.

— Se houvesse estrutura para combater a sonegação, estariam resolvidos os problemas da Previdência, da saúde e da assistência social.

Regina critica idade para aposentadoria e diz que mudança atende a mercado

Regina Sousa (PT-PI) criticou a reforma da Previdência, que tramita na Câmara, e observou que a proposta sofreu mais uma mudança, retirando os trabalhadores rurais das novas regras de aposentadoria.

Ela criticou pontos da reforma, como idade mínima para aposentadoria. A senadora lamentou que o governo gaste “rios de dinheiro” para fazer o povo acreditar que a reforma é boa, ao mesmo tempo em que promove Refis perdoando devedores do INSS.

— A gente só pode deduzir que é para satisfazer o mercado — disse.

Raupp: Congresso tem o papel “sensível e relevante” de ouvir a população

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou na terça-feira que 2018 será uma oportunidade para os brasileiros começarem a escrever o destino que o país merece e o lugar a que o país faz jus no mundo. Para ele, o Congresso tem o papel “sensível e relevante” de ouvir a população, interpretar seus anseios e produzir normas que façam diferença na vida de todos.

Entre os assuntos citados pelo senador como prioridades para o ano, está a reforma da Previdência.



Moreira Matiz/Agência Senado

Avança projeto que altera regra para pagar com cheque

Proposta proíbe que comerciante recuse cheque pelo tempo mínimo de abertura de conta no banco. Informação se a forma de pagamento é aceita ou não também deverá estar clara, prevê o projeto

AS REGRAS PARA pagamentos com cheque no comércio podem mudar. Conforme uma proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o comerciante que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo em duas situações: se o nome do emitente figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente.

O projeto (PLC 124/2017) prevê que o tempo de abertura de conta no banco não pode ser motivo de recusa pelo estabelecimento comercial.

Apresentado pelo deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP), o projeto diz ainda que o comerciante será obrigado a receber cheques se não houver no estabelecimento a informação clara e ostensiva indicando que tal modalidade de pagamento não é aceita no local.



Pillar Pedreira/Agência Senado

Proposta prevê apenas duas condições para que cheque seja negado

Quem descumprir as normas ficará sujeito a sanções administrativas já previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão de multas à interdição do estabelecimento.

Uma das intenções do projeto é impedir que o consumidor seja discriminado, restringindo a possibilidade de recusa ao cliente.

O relator, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), concordou com a iniciativa. De acordo com ele, são normas razoáveis

e proporcionais.

— O projeto adequadamente veda a recusa do recebimento de cheque em razão do tempo mínimo de abertura de conta corrente, tendo em conta que essa informação não é relevante para fins de verificação da solvência do título — explicou.

A proposta ainda vai ser analisada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Alienação de produto pirateado deve passar a beneficiar estados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem uma das três emendas de Plenário apresentadas ao projeto que altera as normas para combater crimes de violação de direito autoral, os chamados crimes de pirataria. A mudança amplia a possibilidade da reversão para os estados do dinheiro obtido com a venda de produtos apreendidos.

O PLC 63/2012, apresentado pelo deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), é uma iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, ligado ao Ministério da Justiça. Tem como objetivos ampliar a proteção aos direitos autorais e acelerar a punição de quem produzir ou vender produtos pirateados.

A proposta já havia sido votada no Plenário em 2015, quando os senadores aprovaram o substitutivo da CCJ. Mas, na discussão no turno suplementar, o texto recebeu as três emendas. O projeto volta ao Plenário para conclusão da análise. As alterações ainda terão que ser votadas pelos deputados.

A emenda aprovada, do

senador José Serra (PSDB-SP), determina o depósito nos fundos penitenciários dos estados dos valores da venda dos bens apreendidos em leilão, quando a apreensão tiver sido feita por autoridade do respectivo ente federativo, em acordo com a reforma do Código Penal (PLS 236/2012).

Segundo a relatora, Ana Amélia (PP-RS), hoje os produtos do crime são perdidos em favor da União, e o produto da alienação apenas é convertido em renda para os estados se eles forem vítimas da infração penal.

— A proposta é oportuna e dá incentivos para as unidades federativas investirem na persecução penal aos crimes contra a propriedade imaterial.

Outra emenda de Serra foi rejeitada. A alteração permitiria ao juiz decidir sobre a destinação com base em laudo pericial que informe sobre os riscos de segurança relacionados ao uso do produtos falsificados. Foi rejeitada também emenda de Humberto Costa (PT-PE), que trocava a expressão “autoridade policial” por “delegado de polícia”.

Inclusão em grupos virtuais deverá ter consentimento prévio de internauta

A inclusão em grupos, páginas e comunidades virtuais deverá ser feita apenas com o consentimento prévio dos internautas, segundo um projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 347/2016, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), modifica o Marco Civil da Internet.

A proposta recebeu voto favorável, com duas emendas, do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e ainda terá que passar por votação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Pela proposta, os usuários com contas no Facebook, no

WhatsApp ou no Telegram, por exemplo, teriam de ser consultados antes de serem incluídos em cadastros ou receberem convites para participar de eventos em redes sociais. O projeto determina que a anuência prévia deverá ser “livre, específica, inequívoca e informada”.

O projeto também especifica quem vai responder pelo descumprimento da exigência. Em primeiro lugar, o ônus da prova sobre o consentimento do usuário caberá ao provedor da aplicação. Se não tiver havido autorização prévia, o provedor terá a obrigação de reparar os danos decorrentes

do uso indevido dos dados do internauta.

Responsabilidade

Vanessa pretendia responsabilizar ainda quem estivesse envolvido nos processos de inscrição, cadastramento ou criação de contas, na inclusão do internauta em rede ou mídia social ou no envio de convite para participação em rede ou mídia social. Assim, qualquer usuário nessa situação teria de responder solidariamente pela reparação dos danos com o provedor. Entretanto, uma das emendas de Jucá eliminou a possibilidade.

Por outro lado, o relator teve

a preocupação de estabelecer, expressamente, que a violação à intimidade na forma prevista no projeto cria presunção de dano moral ao internauta. Para

Jucá, isso é fundamental para dar efetividade à norma proposta, já que abre a possibilidade de o ofendido reivindicar indenização.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Autora do texto, Vanessa conversa com Anastasia, vice-presidente da CCJ

Comissão rejeita contar tempo nas Forças Armadas como título em concurso de polícia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou ontem uma emenda de Plenário à proposta de emenda à Constituição que aproveita a prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos na etapa de títulos de concursos públicos para a polícia militar e o corpo de bombeiros (PEC 104/2007). A emenda foi apresentada por José Medeiros (PSD-MT) e recebeu parecer pela rejeição do relator, senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Medeiros pretendia, com a emenda, eliminar a exigência mínima de prestação de serviço militar por dois anos

para valer como título nos concursos das carreiras policiais militares. Valadares rejeitou não só a supressão do limite temporal na emenda, como também a possibilidade de uso como título em seleções para polícias civis.

“A emenda deve ser rejeitada. Não há vinculação próxima entre as tarefas executadas no serviço militar, de uma forma geral, e aquelas desempenhadas pelas polícias de natureza civil”, considerou Valadares no parecer, lido por Lasier Martins (PSD-RS).

A PEC aguarda votação em primeiro turno no Plenário. Cumprida a etapa, será votada em segundo turno.

Adiada análise de texto que proíbe penhora de benefícios de previdência privada

Com pedido de vista de Simone Tebet (PMDB-MS), foi adiada a votação do projeto que prevê a impenhorabilidade de contribuições e benefícios de planos complementares de previdência. O PLS 370/2013 estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O autor, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), alega que, enquanto os salários e as aposentadorias são considerados impenhoráveis pelo Código de Processo Civil, as complementações de aposentadoria recebidas pela previdência privada não possuem proteção legal.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), concordou com a iniciativa. Para José

Pimentel (PT-CE), o projeto impede uma “prática odiosa do setor que mais lucra no país”. Simone ressaltou que precisa avaliar melhor a proposta visto que há outros direitos creditários importantes, como os trabalhistas, que podem ser prejudicados.

Também teve votação adiada a PEC 54/2016, que veda a parlamentares permanecer mais de 90 dias sem filiação partidária, sob pena de perda de mandato. Marta Suplicy (PMDB-SP) quis mais tempo para analisar a questão, já que o STF decidiu que o mandato eletivo pertence a quem foi eleito, o que tornaria o projeto incoerente.